

Movimento Feminista e Igreja Católica: uma análise comparativa com periódicos do Brasil e Argentina

Gabriela Miranda Marques*, UFSC
gabriela_mmarques@yahoo.com.br

Este artigo pretende focar a relação entre o movimento feminista e a Igreja católica, no Brasil como na Argentina a partir de uma análise comparativa. O período escolhido não poderia ser mais conturbado, ditaduras militares assolavam ambos países, o que influenciou tanto a Igreja como os feminismos. Por ser uma relação extremamente multifacetada, busquei nos periódicos feministas minhas principais fontes, recorri aos discursos dos periódicos feministas *Persona*¹ e *Brasil Mulher*² para neles pinçar as proximidades e conflitos com essa tão poderosa instituição religiosa. Não pude deixar, também, de analisá-los comparativamente, a partir de um ponto de vista historiográfico, busquei suas diferenças e proximidades.

Conforme dito, Brasil e Argentina vivenciaram ditaduras militares que se caracterizaram por se utilizarem da doutrina de segurança nacional, implantaram o terrorismo de Estado e censuravam qualquer idéia propagada que pudesse representar ameaça à ordem estabelecida. Dentre essas idéias, não somente as que pregariam outro sistema governamental ou econômico, mas também aquelas que ameaçariam a moral e que fossem contra o conjunto de crenças imposto pelo regime. As práticas do terrorismo de Estado impunham grande responsabilidade àqueles que se envolviam em movimentos sociais, já que estes estavam todo tempo passíveis de prisões, torturas e até execução³. No entanto, muitos movimentos que lutaram contra esta lógica se organizaram e muitos emergiram no período. Um dos movimentos que emerge em muitos desses países é o movimento feminista de Segunda Onda⁴, tendo como prioridade as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Ponto comum do movimento feminista no Brasil e Argentina é que devido à conjuntura de falta de liberdades democráticas vivenciada, lutavam também contra a ditadura militar. As demandas específicas envolvem temas como trabalho doméstico, legalização do

* Aluna de mestrado do PPGHST / UFSC. E-mail: gabriela_mmarques@yahoo.com.br

¹ *Persona* é um periódico feminista argentino publicado desde 1974 em Buenos Aires.

² *Brasil Mulher* é um periódico feminista brasileiro publicado inicialmente em Londrina e depois em São Paulo, a partir de 1975.

³ COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**: a era das ditaduras no Chile, Argentina e Brasil: luta armada e repressão. São Paulo: Contexto, 2001.

⁴ Nesta pesquisa é adotada a periodização apresentada por Joana Maria Pedro e outras autoras que dividem o feminismo em duas grandes ondas, uma primeira relativa as lutas sufragistas do início do século e outra correspondente as lutas principalmente a partir da década de 60 que tinham o corpo como tema central. É importante lembrar que as datas variam em cada país. Para mais informações ver: PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**. São Paulo: Editora UNESP, 2005, vol. 24, p.77-98.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

aborto, contraceptivos, violência contra a mulher, e os vários outros tipos de discriminação sofridos por elas⁵.

Cabe-se ressaltar, todavia, que tanto as ditaduras quanto os movimentos feministas eram heterogêneos em ambos os países. Mesmo os períodos em que se viveu sobre a ditadura são diferentes nos dois países que serão aqui fonte de estudo. No Brasil o poderio dos militares durou de 1964 a 1985. Na Argentina, de 1976 a 1983⁶, a ditadura, apesar de durar menos tempo que a brasileira, se constituiu como uma das mais sangrentas da América Latina.⁷

Até mesmo a Igreja tem múltiplas correntes. Já no fim da década de 1960, a Igreja católica passa por um movimento em seu interior que busca uma nova prática na instituição, bem como uma outra leitura da teologia e uma aproximação com o mundo dos leigos (fiéis). Este movimento é encampado em toda a América Latina pela Teologia da Libertação⁸. A Teologia não se formou obviamente na alta hierarquia, mas envolveu padres, bispos e todos os que estavam mais próximos da população. No Brasil, por exemplo, para colocar em ação esta nova teoria e prática católicas, foram formadas inúmeras Comunidades Eclesiais de Base (CEB), localizadas majoritariamente nas periferias e aglutinando grandes setores da população católica. Estas “comunidades” foram práticas constantes da chamada esquerda católica e ocorreram em toda a América Latina, em diferentes proporções. Nestes espaços, a população, além de receber conforto espiritual, era instruída politicamente com teorias, muito influenciadas pelo marxismo⁹. É importante lembrar que nem toda Igreja esteve envolvida neste movimento. No mesmo período, a alta cúpula da Igreja era acusada de compactuar com os regimes militares emergentes em toda a América Latina, sendo reacionária em diversas demandas feministas, como o direito de definir por meios artificiais o número de filhos que as famílias queriam ter e a questão do aborto. Nesse sentido para Simone de Beauvoir, feminista histórica, “é notável que a Igreja autorize em certas ocasiões o homicídio de homens feitos, como na guerra, ou quando se trata de condenados a morte, mas que reserve para o feto um humanismo intransigente”¹⁰.

As proporções de inserção social e institucional da esquerda católica diferiram nos países analisados assim como sua postura frente à ditadura. O mesmo acontece com a Igreja tradicional, que agiu de acordo com as necessidades específicas de cada realidade social e econômica dos

⁵ PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh, n.52, vol. 26, 2006. p. 249-272.

⁶ Sabe-se que houveram períodos anteriores de ditadura na Argentina, contudo devido a limitação temporal dos periódicos feministas, só será focado aqui este último período ditatorial.

⁷ COGGIOLA, Osvaldo. Op cit.

⁸ REJÓN, Francisco Moreno. **Desafios a teologia moral na América Latina**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990. 126p.

⁹ MACEDO, Carmen Cinira. **Tempo de gênese: o povo das comunidades eclesiais de base**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 294p.

¹⁰ Beauvoir, Simone, sem referência, Apud **Persona** número 6. Buenos Aires, 1975. Tradução Livre.

países. Portanto, o legado católico, sua influência social e sua postura frente às ditaduras foram diferentes nos dois países que aqui observamos. O Brasil é considerado como o mais progressista no campo católico, foi aqui que surgiram alguns dos maiores teóricos dessa nova teologia e onde os grupos populares, ou as CEB, tiveram maior alcance e quantidade de fiéis¹¹. Por outro lado, também houve grupos católicos mais reacionários na defesa da ditadura no Brasil. Como aponta Kenneth Serbin, existiram diversos encontros entre eclesiásticos e militares na busca de pontos e apoios mútuos¹². Pode-se citar também as diversas manifestações por “Deus Pátria e a Família”, de grande apelo popular que, além disso, juntavam os ideais cristãos a uma defesa da ditadura.

A Argentina pode ser tida como o oposto do Brasil na questão eclesial. A Igreja argentina é citada como a mais reacionária, aliada ao poder dos militares, e que não aceitava uma abertura católica e a nova práxis. O periódico *Persona* denunciou esta postura eclesial em seu conteúdo, dizendo que esta guardou silêncio frente à questão da ditadura e violações de direitos humanos, além de ocupar seu lugar ao lado dos generais¹³; porém, entenda-se que isso não significa que não houve posturas de enfrentamento e de abertura eclesiástica¹⁴. O próprio *Persona* cita, em uma edição de 1975, bispos com uma postura mais a esquerda na questão da libertação da mulher¹⁵. Assim, percebemos que mesmo o movimento feminista reconhece estas divergências internas no catolicismo e atitudes de abertura, contudo, serão tomadas conforme análise do teólogo argentino Enrique Dussel¹⁶, que indica que estas foram minoritárias. Deve-se lembrar que uma Igreja progressista no campo político não o é, necessariamente, no campo dos costumes e da moral. Nesse ponto é que se encontram as maiores divergências entre feminismo e Igreja.

Não se pode esquecer que o movimento feminista é também objeto desse estudo e, para que se possa traçar suas relações com a Igreja nos diversos países, é necessário entender um pouco mais de sua dinâmica interna. O movimento feminista de Segunda Onda emergiu em meados da década de 70, na América Latina¹⁷, influenciado em grande parte pelos feminismos norte-americano e francês, bem como a declaração da década da Mulher (1975-1985) pela ONU¹⁸. Existiam, e

¹¹ PARENTELLI, Gladys. **Mujer, Iglesia y liberacion**. Caracas: G. Parentelli, 1990.

¹² SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das letras, 2001. 566 p.

¹³ IGLESIA CATOLICA, Los metodos de la. *Persona*, n 1, 1983, p. 12..

¹⁴ DUSSEL, Enrique D. **Caminhos da libertação latinoamericana**. São Paulo: edições Paulinas, 1985. p.108.

¹⁵ DALY, Mary. Religião: dimensión espiritual de la liberación femmenina. *Persona*, n 6, 1975, p. 17

¹⁶ DUSSEL, Enrique D. Op cit.

¹⁷ Esse movimento já existia desde do início da década de 60 em países como França e Estados Unidos.

¹⁸ TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p.5.

existem até hoje, diferenças muito marcantes entre os diversos grupos. Seja nas questões teóricas, seja nas práticas¹⁹.

O contexto de ditadura acarreta outras questões para o feminismo. A militância contra o governo imposto tornou-se uma questão “obrigatória” para que o movimento feminista fosse reconhecido enquanto de relevância social. Muitas mulheres eram duplamente militantes, isto é, além de militar no movimento feminista, participavam de partidos políticos, de outras organizações, e até da luta armada. É relevante lembrar que a conotação feminista na época era altamente mal vista, desqualificada de diversas formas. Suas adeptas eram chamadas de “sapatão”, “machonas”, e eram constantemente acusadas de divisionismo, ou de serem pequenas burguesas. A esquerda revolucionária acreditava que a libertação feminina era uma luta secundária, e “aconteceria normalmente” depois da revolução. É nesse contexto que o feminismo inclui a luta geral, em maior ou menor grau, visando ser reconhecido no campo da esquerda. Para além dos problemas com outros grupos, o movimento feminista possibilitou novos debates e a incorporação de novas/outras temáticas na militância de esquerda e na sociedade como um todo. Nesse sentido, seus periódicos são fundamentais na propagação de suas idéias.

Estes periódicos possuem algumas especificidades que podem ser observadas na sua construção e no seu conteúdo. Suas autoras e editoras são essencialmente mulheres de classe média e brancas, que tentavam através deles dialogar com as questões gerais e trazer à tona o debate do feminismo, sob seu ponto de vista, mais ligados as lutas específicas ou gerais de acordo com cada publicação. O periódico argentino *Persona* chega a citar as mulheres da classe média como as responsáveis pela revolução feminista²⁰. Devido à conjuntura delineada, muitas das mulheres envolvidas com os jornais foram perseguidas e algumas presas, não só no Brasil como também na Argentina. O trabalho realizado era mesmo de “formiguinha”; de mulher para mulher eram vendidos os jornais nas casas das próprias militantes, ou nas sedes das organizações, eram também vendidos em bancas, mas possuíam circulação restrita, pois se tratava de uma imprensa com características de esquerda e de oposição ao regime; por esse motivo a confecção do material era de modo artesanal, de número de exemplares restrito e pouco comercializado. Um modo de divulgar jornais como **Brasil Mulher**, era a sua difusão em trabalhos realizados nas periferias, ou nos grupos de consciência onde as militantes feministas estavam presentes.

¹⁹ Para maiores informações ver PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, vol. 24, p.77-98. Neste texto pode sem encontradas as várias correntes feministas.

²⁰ SOBRE PERSONA, Disparem. *Persona*. Ano 1, n 3, dez 1974, p. 10

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Para esta análise foram utilizados 16 números do periódico brasileiro **Brasil Mulher**, publicado pela Sociedade Brasil Mulher, em Londrina, e posteriormente em São Paulo, referentes aos anos de 1976 a 1979. Do periódico argentino *Persona*, publicado em Buenos Aires pelo *Movimiento de Liberación Femenina*, dispomos de 11 exemplares datados entre 1974 e 1983.

As questões presentes nos periódicos serão diretamente ditadas e fomentadas pelos grupos que os confeccionam, no periódico **Brasil Mulher** temos relatos que indicam suas militantes como mulheres de classe média e brancas, com alguma experiência política. Muitas dessas mulheres faziam parte das fileiras comunistas e militavam pelo PC do B, na Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8)²¹. A tiragem do jornal era de 5 mil exemplares, porém existiram algumas edições que saíram com 10 mil. Maria Amélia, antiga militante do PC do B, em entrevista, narra o trabalho que fazia com os exemplares do jornal **Brasil Mulher**: “Eu distribuía e o discutia com 18 clubes de mães. Lia, com elas, trechos do jornal, e em seguida discutia”.²² Assim, como se pode observar, o jornal e o movimento feminista serviam de passaporte para atuação nos meios populares. Em alguns casos, servia como equipamento didático para aquilo que as militantes feministas consideravam ser um processo de “conscientização da mulher”. Vale salientar que muitos dos clubes de mães foram fundados pela Igreja católica.

Convém, aqui, destacar que em 1975, sob o patrocínio da Cúria Metropolitana e da ONU – Organização das Nações Unidas, se reuniram grupos de mulheres no evento que se intitulou “Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista”, realizado na Câmara Municipal de São Paulo²³. Este contexto, certamente tornou a crítica feminista à Igreja católica, no Brasil, bem menos contundente. Convém lembrar que não podemos perder de vista que se estava sob a égide da repressão, e os movimentos sociais não tinham condições de agir livremente para conquistar seus ideais – portanto, entendemos que a “proteção” exercida pela Igreja era fundamental. A Igreja, naquela época, era uma das poucas instituições capazes de enfrentar o Estado e obteve o papel de mediadora entre mulheres e o governo.²⁴ Foi nesse mesmo ano que saiu o primeiro número do jornal **Brasil Mulher**, o qual ainda não se definia enquanto feminista. É importante lembrar que o termo “feminismo” esteve, por muito tempo – e talvez até os dias de hoje –, cercado de conotações

²¹ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. **Revista de Estudos Feministas**. Vol.11 no.1, Florianópolis, Jan./June 2003, disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2003000100014&script=sci_arttext#top8> Acesso em junho de 2008.

²² Entrevista com Maria Amélia de Almeida Teles, realizada por Joana Maria Pedro no dia 24/08/05, em São Paulo, transcrita por Soraia Melo, Veridiana Bertelli de Oliveira e Maria Cristina Athayde.

²³ MORAES, Maria Lygia Quartim. **A experiência feminista dos anos setenta**. Araraquara/SP: UNESP, 1990, p. 14-15.

²⁴ DABOIT, Pedro Carlos. **Do sócio-religioso ao sócio-político: a nova relação entre o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Igreja Católica no oeste catarinense**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996, p 23.

pejorativas. A mudança no caráter do jornal é visível após se reivindicar feminista. No primeiro jornal não vemos matérias relacionadas a questões de fôlego do feminismo como contraceptivos, sexualidade ou saúde, por exemplo. Vemos um jornal voltado para a luta pela anistia, para as questões de classe e para a emancipação financeira da mulher.

Quanto à questão dos espaços de poder e reconhecimento de diferenças no interior da Igreja o periódico **Brasil Mulher** trouxe, em 1976²⁵, um documento da CNBB intitulado “Comunicação ao povo de Deus”. O documento, endereçado aos religiosos, às comunidades de base, aos grupos de reflexão, a toda gente pobre, discutiu problemas da Igreja, e da violência na sociedade. Ao longo de todo o texto não se discutiu a questão da mulher, a opção referenciada aqui foi a “opção pelos pobres”. O documento denunciou o uso da força pelo Estado e os ataques sofridos por alguns “defensores do povo”. Fica claro que a Igreja não está sendo criticada pelo movimento feminista mas, apoiada por este e que abre espaço em seu periódico para uma comunicação de um órgão oficial desta: a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Assim na página 2, do editorial, aparece a visão do grupo **Brasil Mulher** sobre o documento:

BM diz: este documento respeita a inteligência e a sensibilidade do povo brasileiro. [...] A Igreja brasileira está, nesse momento, desempenhando seu papel cristão, cumprindo suas propostas e compromissos históricos renovadas a partir de João XVIII, embora nem todos da mesma Igreja estejam de acordo, incluindo entre esses, membros da mais alta hierarquia religiosa. A Igreja católica no Brasil não está só[...] as violências denunciadas no documento estão descritas em linguagem simples direta, mostrando a realidade de forma a não permitir os clássicos sofismas governamentais...”²⁶

Nesta citação evidencia-se claro o apoio do grupo Brasil Mulher a ala mais à esquerda da Igreja, e reconhece as diferenças teológicas e de práticas dentro da instituição. A Igreja ainda foi citada algumas vezes em outros números deste mesmo periódico em questões como uso da pílula e controle de natalidade. Em alguns artigos argumentam que a Igreja ainda é impassível em muitas de suas resoluções. De qualquer maneira, esse periódico se esforçou por colocar as opiniões de bispos ou padres ligadas à Teologia da Libertação, ou que tenham feito uma opção pelos pobres. Em momento algum nos periódicos analisados foi discutida diretamente a questão da mulher ou do feminismo sob a ótica da Teologia da Libertação. O jornal **Brasil Mulher** narrou diversas atividades em conjunto com a esquerda católica e os grupos organizados²⁷ pelas mulheres. As matérias do jornal têm uma profunda ligação com seu público alvo, uma vez que era direcionado a uma camada da população ainda predominantemente católica e pouco letrada no feminismo.

²⁵ DOCUMENTO DA CNBB, Comunicação pastoral ao povo de Deus o. **Brasil Mulher**. Ano 2, nº 6, 1976. p. 8-9.

²⁶ ANO DOIS, Editorial. **Brasil Mulher**. Ano 2, nº 6, 1976. p.2

²⁷ **Brasil Mulher**. São Paulo, ano 2, nº9. 1977.p.7; **Brasil Mulher**. São Paulo, ano 3, nº10. 1977.p.12; **Brasil Mulher**. São Paulo, ano 2, nº12. 1978.p 2 e 12.

Procurava utilizar de uma linguagem mais popular e se aliava a setores da Igreja que já tinham aceitação e reconhecimento social. O jornal, desta forma, pôde ao longo dos anos aprofundar seus debates e angariar mais militantes à causa feminista; sem deixar de lado as lutas sociais, que iam ao encontro, no contexto de ditadura, das diversas lutas travadas pelas liberdades sociais, contra os arrochos econômicos e na luta pelos direitos humanos.

Diferentemente a **Brasil Mulher**, o periódico argentino *Persona* se dirigia a uma classe média “intelectualizada”, fato percebido através da linguagem utilizada em seus primeiros números. Entretanto, sua linguagem teórica rica em citações e bastante culta irá ser alterada gradativamente a partir de 1980. Conjuntamente com a mudança na linguagem observamos uma alteração na formatação do próprio periódico, que fica menor, aproveitando melhor seu espaço e possibilitando uma leitura mais rápida e um suporte que possibilita uma compreensão mais rápida e fácil. Essa mudança é significativa, pois ao alterar-se a linguagem e o suporte, atinge-se um público mais amplo, possibilitando levar a causa feminista para além da classe média.²⁸, o jornal se dispôs a dialogar com as operárias e trabalhadoras em alguns momentos. Sua tiragem, maior do que a do **Brasil Mulher**, era de 10.000 exemplares, e através da sessão de cartas presente na maior parte dos exemplares verifica-se que, devido à circulação das cópias, o número de leitoras/es atingidos é bem maior. O jornal se caracteriza por matérias longas, com debates de fôlego sobre os diversos temas, dentre elas algumas matérias sobre a Igreja e religiosidade destacam-se neste estudo. Em seu primeiro número o editorial apresenta o objetivo do periódico “Salimos a la calle con nuestra revista *Persona* con el propósito de informar, analizar e testimoniar sobre la condición de la mujer en nuestra sociedad”.

Alguns trechos bíblicos são citados ao longo dos diversos exemplares pesquisados, as citações demarcam um discurso católico ultrapassado e servem de base para as críticas feministas. Uma citação em especial chama a atenção, e é apresentada abaixo:

Las casadas estén sujetas a sus propios maridos, como al Señor; porque el marido es cabeza de la mujer, así como Cristo es cabeza de la iglesia, la cual es su cuerpo, y él es su Salvador. Así que, como la iglesia está sujeta a Cristo, así también las casadas lo estén a sus maridos en todo.
Efesios 5:22-24.

Este versículo é citado em três diferentes edições do periódico²⁹. Apresenta o teor da visão de uma parcela da hierarquia católica sobre a mulher. Esta citação foi também utilizada no discurso feminista para demonstrar o quanto a Igreja está contra a libertação da mulher³⁰, especialmente por

²⁸ SOBRE PERSONA, Disparem. *Persona*. Ano 1, n 3, dez 1974, p . 10.

²⁹ *Persona*, 1975, n° 6, p. 18; *Persona*, ano 2, n° 7, p. 5; *Persona*, 1983, n° 1, p .12.

³⁰ IGLESIA CATOLICA, Los metodos de la. *Persona* , n 1, 1983, p 12.

pregar claramente sua subordinação. A citação foi utilizada para demarcar um discurso contrário e contra as práticas da hierarquia e teologia aceitas até aquela época na Argentina.

Chama a atenção uma matéria intitulada “Religión: Dimensión espiritual de la liberación femenina” publicada em 1975³¹. O texto é de Mary Daly, uma feminista radical americana que é teóloga por formação; nele a Igreja é colocada enquanto autoritária e precursora de uma sociedade patriarcal. A autora chega a dizer que existem alguns teólogos que admitem o sexismo na Igreja, porém nada fazem a respeito. Contudo há uma citação que demonstra que já existiam vozes católicas dissonantes como a do Arcebispo Roderts, que diz

Se se hubiera bombardeado Japón con anticonceptivos en lugar de bombas que solamente matan, mutilan y marchitan a miles de vivientes, se hubiera escuchado el grito de furiosa protesta del vaticano hasta el más remoto lugar de Asia.³²

É interessante perceber que o arcebispo não diz que o protesto viria da Igreja, como um corpo único, mas sim do Vaticano, onde está concentrada a cúpula da hierarquia eclesiástica. Esta citação indica que a autora — e também o periódico —, reconhecem que alguns eclesiásticos se colocam muito mais abertos para as discussões ligadas à sexualidade e pregam uma alteração dos Ditos católicos. A autora salienta também que o caminho para as mulheres que lutam pela libertação pode ter duas vertentes: existem aquelas que ao se tornarem feministas se distanciam da Igreja, lembrando dela somente em questões como o aborto, outras continuam na estrutura eclesial, pois acreditam na possibilidade de se mudar as leis e costumes da Igreja. Em ambos os casos a dimensão espiritual não é deixada de lado. A autora lembra da dimensão espiritual do próprio feminismo e da noção de irmandade feminina, que ajudaria a libertação das mulheres. Uma nova Igreja, talvez não a católica, ou uma nova religiosidade, estão muito presentes neste texto. Pode-se perceber que mesmo citando um católico, a posição de expor o pensamento eclesial é muito diferente da do periódico **Brasil Mulher**, que coloca um texto, por exemplo o texto de um órgão católico. O *Persona*, se usa de palavras de um arcebispo, porém o que é mais latente no discurso é a crítica à estrutura, nenhum elogio é feito, nenhuma defesa, nenhum reconhecimento explícito de que existem posturas em prol de ideais feministas na Igreja, ou em prol dos pobres como é defendido pelo **Brasil Mulher/CNBB**.

Duas espécies de crítica à Igreja são encontradas no *Persona*, e não são perceptíveis em **Brasil Mulher**: a questão da Inquisição e a ocupação de cargos eclesiásticos pelas mulheres. “El antifeminismo en la Iglesia” é o título de uma matéria de quatro páginas no jornal *Persona*³³, nela são apresentadas resoluções do 4º Sínodo de bispos no Vaticano sobre o caráter da mulher na Igreja.

³¹ DALY, Mary. Religión: dimensión espiritual de la liberación femenina. *Persona*, n 6, 1975, p.14-20.

³² DALY, Mary. Religión: dimensión espiritual de la liberación femenina. *Persona*, n 6, 1975, p.17.

³³ LA IGLESIA, El antifeminismo en. *Persona*, ano 1, nº 2, 1974, p.27-30

O periódico traça uma crítica embasada nos documentos eclesiais e se pergunta se a cúria romana não tem senso do ridículo, pois ainda aponta um caráter específico da mulher como sendo somente mãe e cuidadora. A citação acima, do sacerdote espanhol sobre a condição da mulher, demarca ainda mais a crítica feita à cúria romana, o que mais uma vez aponta para vozes dissonantes da Igreja, criticando a mais alta hierarquia e realizando um destaque positivo a quem se propunha a apresentar propostas diferentes. A ocupação de cargos eclesiásticos por mulheres é apresentada também na edição seguinte do jornal³⁴. O outra crítica se refere ao tema da inquisição, presente em três diferentes matérias nas edições do *Persona* pesquisadas³⁵, e que foi mais amplamente abordado em outro periódico argentino o *Brujas*.

A união de imprensa, política e Igreja é antiga, porém é relevante como tema ainda presente na época de publicação do periódico. Em uma questão mais atual a Igreja é apontada como grande influenciadora da televisão argentina em 1981. “La presencia de miembros del clero católico [na televisão argentina] parece ser obligatoria por la asiduidad que debemos verlos.”³⁶ O texto ainda diz que estes eclesiásticos que aparecem na televisão defendem um pensamento fossilizado nas questões sociais, e de diversos pontos ligados à luta feminista. A crítica à televisão Argentina, como meio alienador e de baixa qualidade, é justificada pelo periódico com a seguinte afirmação: “Es necesario recordar que, además de sacerdotes, nuestra edificante televisión esta asesorada por las ligas de Padres y madres de familia, y dirigida por militares obviamente.”³⁷

Com esta citação vemos explicitamente que a Igreja é colocada como aliada dos militares e ambos são os responsáveis por manter um sistema de comunicação em massa que referende o *modus vivendi* católico, com seus costumes e preceitos patriarcais, cujo discurso reforça o papel de mãe, cuidadora e mulher essencialmente feminina. Dentro desses papéis estabelecidos e propagados há séculos pela cúria romana, se enquadra a justificativa da lei de *pátria potestad*. Esta lei argentina é a que vigora sobre os direitos e obrigações dos pais para com seus filhos e seus bens. Essa lei dava o poder de decidir sobre as/os filhas/os somente ao pai, já que este era reconhecido como chefe da família. Toda a argumentação para não se permitir que a proposta feminista de indistinção ente pai e mãe na questão da *pátria potestad*, fosse implementada, foi amplamente embasada no direito

³⁴ *Persona*, ano 1, nº 2, 1974, p. 42.

³⁵ LA CIENCIA, La mujer y la. *Persona*. Ano 2, n 6, p. 5-7, DE BRUJAS, La caza. *Persona*. 1975, n 5, p.23-24, AL CAMBIO, El gran miedo. *Persona*, n 1, 1983, p. 14.

³⁶ TELEVISIÓN ARGENTINA, La. *Persona*. ano 2, n 7, p .16.

³⁷ *Ibidem*, p. 17.

canônico, na Bíblia e na citação de diversos “santos” como, por exemplo: São Tomas de Aquino.³⁸ Esta união da Igreja com o Estado é outro ponto de embate do feminismo com a Igreja argentina.

No último periódico analisado, datado de agosto de 1983, portanto no período final da ditadura que acaba oficialmente em 10 de dezembro de 1983³⁹, o conselho editorial de *Persona* trata pela primeira vez abertamente do tema ditadura militar. Ao falar abertamente da ditadura fala também do apoio dado a ela pela Igreja. Ataca efusivamente a Igreja dizendo que “Durante los años de la represión la Iglesia Católica guardó silencio oficialmente. Sin por eso dejar de ocupar su lugar de siempre al lado de los generales”⁴⁰

Em “Los métodos de la Iglesia católica” a Igreja é apontada enquanto oportunista, por se aliar aos militares que estavam no poder, e se aliaria também a qualquer outro grupo que estivesse nesta situação, de acordo com a autora do referido artigo. Agora que a conjuntura apontava para uma derrocada do regime ditatorial, a Igreja argentina estava se convertendo a um discurso em prol dos pobres.

Nota-se aí uma diferença crucial com o Brasil, onde mesmo os órgãos oficiais como a CNBB, se posicionaram contra as violações dos direitos humanos e em prol dos pobres muito antes da abertura política estar apontada. A contradição no caso argentino da Igreja está clara para as feministas do *Persona*, apresentam documentos internos da Igreja citando suas contradições e outras com as questões econômicas e perseguição religiosa. Na Argentina até esta data o ensino religioso católico era obrigatório em todas as escolas, isso se deve, sobretudo, na visão de *Persona*, à existência de somente católicos nos governos, meios de comunicação e publicidade⁴¹. Lembro que nesta época e ainda na constituição de 1994 a Igreja católica é a oficial do estado, constando no artigo segundo da constituição argentina.⁴²

Pode-se perceber como as dinâmicas locais mesmo sendo semelhantes em alguns pontos nos dois países, influenciam de forma importante as relações do feminismo com a Igreja. Não se pode ignorar o fato de que a própria constituição e posicionamentos da Igreja demarcaram a forma como o feminismo se colocou frente a ela. No Brasil, país tido como de vanguarda na questão da teologia da Libertação, muitos elogios e atividades em conjunto com campos eclesiásticos apareceram. Talvez a visibilidade deste campo da esquerda católica tenha possibilitado as feministas

³⁸ ROSTAND, Jean. La superioridad de la madre. *Persona*, 1980, terceira etapa, n 2, p 23-24; VIDAL, Isabel Fernandez. Patria potestad: la ley de cuidado con los hijos. *Persona*. ano 2 ,n 7,1981, 4-6.

³⁹ <http://www.me.gov.ar/efeme/24demarzo/dictadura.html> acessado em setembro de 2008.

⁴⁰ IGLESIA CATOLICA, Los metodos de la. *Persona*, n. 1, ago 1983, p. 10.

⁴¹ Ibidem, p. 10-12.

⁴² Constitucion de la Nacion Argentina. De 22 de agosto de 1994. Disponível em <<http://www.constitution.org/cons/argentin.htm>> Acesso em 09 de dezembro de 2008. Artigo segundo: “O governo federal sustenta o culto Católico Apostólico Romano”. Tradução Livre.

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

um diálogo mais aberto nas discussões políticas e de caráter social. Todavia, as críticas permaneceram duras em quesitos como a sexualidade e corpo. Na Argentina, a prática do discurso se entrelaçou com uma prática de busca de uma experiência religiosa diferenciada daquela hegemônica em sua sociedade. A teologia da Libertação não conseguiu muito espaço, organização e visibilidade na sociedade argentina. Isso influenciou o discurso feminista que travou um embate mais ferrenho com esta cúpula eclesiástica que apoiava os militares. Mesmo assim, o periódico faz a distinção entre a cúria romana e alguns posicionamentos de eclesiásticos que são em certos momentos elogiados pelas feministas. Tal panorama nos ajuda a pensar como as experiências locais influenciam a constituição do próprio feminismo, Igreja e suas relações.